



DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXIX — Nº 104

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 7 DE SETEMBRO DE 1984

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Moacyr Dalla, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 1984

Autoriza a Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 52.217.541,95 (cinquenta e dois milhões, duzentos e dezessete mil, quinhentos e quarenta e um cruzeiros e noventa e cinco centavos).

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 52.217.541,95 (cinquenta e dois milhões, duzentos e dezessete mil, quinhentos e quarenta e um cruzeiros e noventa e cinco centavos), correspondente a 24.924,96 ORTNs, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 2.094,99 (dois mil, noventa e quatro cruzeiros e noventa e nove centavos), vigente em agosto de 1982, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção de unidades pré-escolares, naquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de setembro de 1984. — Senador **Moacyr Dalla**, Presidente.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Moacyr Dalla, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 1984

Autoriza a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 30.516.357,59 (trinta milhões, quinhentos e dezesseis mil, trezentos e cinqüenta e sete cruzeiros e cinqüenta e nove centavos).

Art. 1º É a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizada a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 30.516.357,59 (trinta milhões, quinhentos e dezesseis mil, trezentos e cinqüenta e sete cruzeiros e cinqüenta e nove centavos), correspondente a 14.566,35 ORTNs, considerado o valor nominal da ORTN de Cr\$ 2.094,99 (dois mil, noventa e quatro cruzeiros e noventa e nove centavos), vigente em agosto de 1982, junto à Caixa Econômica Federal, mediante a utilização de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, destinada à construção de uma creche, na sede daquele Município, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de setembro de 1984. — Senador **Moacyr Dalla**, Presidente.

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA
Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial

RUDY MAURER
Diretor Administrativo

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00
Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00	
Tiragem: 2.200 exemplares	

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VI, da Constituição, e eu, Moacyr Dalla, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° 48, DE 1984

Autoriza o Governo do Estado do Amazonas a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 80.741.986.000,00 (oitenta bilhões, setecentos e quarenta e um milhões, novecentos e oitenta e seis mil cruzeiros).

Art. 1º É o Governo do Estado do Amazonas, nos termos do art. 2º da Resolução nº 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, autorizado a contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 80.741.986.000,00 (oitenta bilhões, setecentos e quarenta e um milhões, novecentos e oitenta e seis mil cruzeiros), correspondente a 10.700.000 UPCs, considerado o valor nominal da UPC de Cr\$ 7.545,98 (sete mil, quinhentos e quarenta e cinco cruzeiros e noventa e oito centavos), vigente em janeiro de 1984, junto ao Banco do Estado do Amazonas S.A., este na qualidade de agente financeiro do Banco Nacional da Habitação — BNH, destinada ao financiamento de infra-estrutura para ampliação e melhoria de habitações já existentes na cidade de Manaus, naquele Estado, obedecidas as condições admitidas pelo Banco Central do Brasil, no respectivo processo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de setembro de 1984. — Senador **Moacyr Dalla**, Presidente.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 2ª REUNIÃO, EM 6 DE SETEMBRO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Comunicação da Presidência

— Inexistência de “quorum” para abertura da sessão.

1.1.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão. Encerramento

2 — EXPEDIENTE DESPACHADO

— Requerimento nº 197/84, de autoria do Sr. Senador Itamar Franco, solicitando informações ao Poder Executivo para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 13/80. Deferido.

3 — ATAS DE COMISSÕES

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 2ª Reunião, em 6 de setembro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Moacyr Dalla

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto

— Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hérmes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Helvídio Nunes — Almir Piñto — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio —

Marco Maciel — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Morvan Acaíaba — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Fer-

nando Henrique Cardoso — Gastão Müller — José Frangelli — Affonso Camargo — Enéas Faria — Jorge Borghausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 44 Srs. Senadores.

No plenário, no entanto, não há número suficiente para a abertura da sessão.

Nos termos do disposto no § 1º, do art. 180, do Regimento Interno, será despachado o Expediente que se encontra sobre a mesa.

Nestas condições, vou encerrar a presente reunião, designando para a sessão ordinária de segunda-feira próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

MENSAGEM N° 36, DE 1984

(Em regime de urgência — art. 371, c, do Regimento Interno)

Apreciação da Mensagem n° 36, de 1984 (n° 30/84, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização do Senado para que a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP), possa contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 33.283.700,00 (trinta e três milhões, duzentos e oitenta e três mil e setecentos cruzeiros).

(Dependendo de Pareceres das Comissões de Economia, de Constituição e Justiça e de Municípios).

2

MENSAGEM N° 37, DE 1984

(Em regime de urgência — art. 371, c, do Regimento Interno)

Apreciação da Mensagem n° 37, de 1984 (n° 31/84, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização do Senado para que a Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP), possa contratar operação de crédito no valor de Cr\$ 151.459.676,00 (cento e cinqüenta e um milhões, quatrocentos e cinqüenta e nove mil, seiscentos e setenta e seis cruzeiros).

(Dependendo de Pareceres das Comissões de Economia, de Constituição e Justiça e de Municípios).

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 5, de 1981 (n° 3.035/80, na Casa de origem), alterando o art. 1º da Lei n° 6.226, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de Serviço Público Federal e de atividade privada para efeito de aposentadoria, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob n°s 971 e 972, de 1981, das Comissões:

- de Segurança Nacional; e
- de Finanças.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 10, de 1981 (n° 1.529/79, na Casa de origem), que dispõe sobre a aposentadoria, com proventos integrais, dos ex-combatentes segurados da Previdência Social, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob n°s 354 e 355, de 1981, das Comissões:

- de Legislação Social; e
- de Finanças.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 44, de 1981 (n° 587/79, na Casa de origem), que

veda aos veículos de comunicação de massa (rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, cartazes, anuários ou qualquer outro tipo de publicação) aceitar a autorização ou a veiculação de anúncios e de comerciais que não sejam negociados, produzidos, criados, filmados, gravados, copiados — imagem e som — por profissionais e empresas brasileiras, tendo

PARECERES, sob n°s 186 e 187, das Comissões:

- de Economia, favorável, com voto vencido dos Senadores Bernadino Viana, José Lins e Lenoir Vargas; e
- de Finanças, favorável.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 53, de 1977 (n° 227/75, na Casa de origem), que dispõe sobre condições a observar na renovação de contratos de atletas profissionais, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob n°s 1.360 e 1.361, de 1981, das Comissões:

- de Legislação Social; e
- de Educação e Cultura.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 65, de 1979 (n° 4.257/77, na Casa de origem), que autoriza a alienação de imóveis residenciais da Rede Ferroviária Federal a seus ocupantes, tendo

PARECERES, sob n°s 335 e 336, de 1980 e 635 a 637, de 1981, das Comissões:

- de Transportes, Comunicação e Obras Públicas, 1º pronunciamento: contrário; 2º pronunciamento: favorável ao Projeto e à Emenda de Plenário;
- de Finanças, 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: favorável à Emenda de Plenário; e
- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto e da Emenda de Plenário.

8

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n° 26, de 1984 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer n° 248, de 1984), que autoriza a Prefeitura Municipal de Tenente Ananias (RN) a elevar em Cr\$ 16.041.082,33 (dezesseis milhões, quarenta e um mil, oitenta e dois cruzeiros e trinta e três centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob n°s 249 e 250, de 1984, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

9

Votação, em turno único, do Requerimento n° 181, de 1984, dos Senadores Nelson Carneiro e Humberto Lucca, solicitando, nos termos do art. 371, alínea c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei n° 139, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que revoga o Decreto-lei n° 1.541, de 14 de abril de 1977 (Lei das Sublegendas).

10

Votação, em turno único, do Requerimento n° 188, de 1984, dos Senadores Nelson Carneiro e Humberto Lucca, solicitando, nos termos do art. 371, c, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado n° 140, de 1984, de autoria do Senador Nelson Carneiro, que altera a redação do art. 250 e restabelece os arts. 252, 253 e 254, todos da Lei n° 4.737, de 15 de julho de 1965 — Código Eleitoral — revogando o Decreto-lei n° 1.538, de 14 de abril de 1977.

11

Votação, em turno único (apreciação preliminar da juridicidade nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei da Câmara n° 79, de 1979 (n° 1.511/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Lei n° 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, alterada pela Lei n° 5.890, de junho de 1973, tendo

PARECERES, sob n°s 692 e 693, de 1982, das Comissões:

- de Legislação Social, favorável, nos termos de Substitutivo que apresenta; e
- de Constituição e Justiça, pela injuridicidade do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Legislação Social, com voto vencido, em separado, do Senador Franco Montoro.

12

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n° 13, de 1980, de autoria do Senador Itamar Franco, que estabelece abatimento nos preços de derivados do petróleo e do álcool, quando destinados ao consumo próprio de motoristas profissionais autônomos, tendo

PARECERES, sob n°s 344 a 346, de 1983, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade;
- de Minas e Energia, favorável, com emenda que apresenta de n° 1-CME; e
- de Finanças, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Minas e Energia, com voto vencido dos Senadores Gabriel Hermes e Roberto Campos.

13

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n° 213, de 1983, de autoria do Senador Lourival Baptista, que institui o Dia Nacional do Voluntariado, tendo

PARECERES, sob n°s 369 e 370, de 1984, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Educação e Cultura, favorável.

14

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n° 12, de 1984, de autoria do Senador Lourival Baptista, que dispõe sobre a dedução do lucro tributável, para fins do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas, do dobro das despesas realizadas com a construção, instalação e manutenção de creches destinadas aos filhos de seus empregados, tendo

PARECERES, sob n°s 371, 372 e 373, de 1984, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com emenda que apresenta, de n° 1-CCJ;
- de Legislação Social, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça, com emenda que apresenta, de n° 2-CLS; e
- de Finanças, favorável.

15

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 148, de 1982 (n° 4.607/81, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a promover a transformação da Fundação Universidade de Caxias do Sul em Fundação de Direito Público, tendo

PARECERES, sob n°s 365 e 366, de 1984, das Comissões:

- de Educação e Cultura, favorável; e
- de Finanças, contrário, com voto vencido, em separado, do Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 47 minutos.)

EXPEDIENTE DESPACHADO NOS TERMOS DO § 1º, DO ART. 180, DO REGIMENTO INTERNO

REQUERIMENTO N° 197, DE 1984

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito de V. Ex^{as} as necessárias providências para o encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Poder Executivo:

1. Qual tem sido, nos últimos cinco anos, (1980, 1981, 1982, 1983 e 1984), o preço de venda em cruzeiros da gasolina exportada? As indicações desses preços devem vir acompanhadas do valor de venda, na mesma época, desse produto no mercado interno.

2. Quais foram as parcelas que formaram o preço final, relativamente ao novo valor para venda da gasolina ao consumidor no mercado interno, no reajuste de 28-8-1984?

3. Os diversos produtos petroquímicos gozam de benefícios, gerais e específicos, para exportação? Quais?

Justificação

Cada novo reajuste interno dos preços dos derivados de petróleo causa uma série de transtornos na vida do País. Especialmente os reflexos inflacionários são um verdadeiro desastre para as finanças, cada vez mais combatidas, da população.

Ao lado disso, como agora, vemos alguns desses derivados serem reajustados bem acima da inflação verificada no período. Cresce o espanto, quando há indicações que nos preços desses derivados estão embutidas parcelas indevidamente aí colocadas.

É importante o esclarecimento a respeito e para isso lançamos mão do presente requerimento de informações, que se embasa no Projeto de Lei n° 13, de 1980, de nossa autoria, que "estabelece abatimento nos preços de derivados de petróleo e do álcool quando destinados ao consumo próprio de motoristas profissionais autônomos".

Sala das Sessões, 5 de setembro de 1984. — Itamar Franco.

ATAS DE COMISSÕES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
5^a Reunião, realizada em 23 de agosto de 1984

As dez horas do dia vinte e três de agosto de mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reuniões da Comissão, presentes os Senhores Senadores João Calmon, Álvaro Dias, Fernando Henrique Cardoso, Eunice Michiles, Octávio Cardoso e Aderbal Jurema.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Sarney, Luiz Viana e Gastão Müller.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos com a dispensa da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada.

Passando-se à apreciação das matérias constantes da Pauta, são relatados os seguintes Projetos:

Pelo Senhor Senador Aderbal Jurema:

Parecer contrário ao Projeto de Lei da Câmara n° 273, de 1983, que "revoga o parágrafo único do artigo 46 e altera a redação do inciso I do artigo 75 da Lei n° 5692, de 11 de agosto de 1971 — Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus".

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n° 220, de 1983, que "institui o 'Dia da Bíblia', para ser comemorado anualmente em todo o território nacional no segundo domingo de dezembro".

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado:

Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado n° 39, de 1984, que "denomina-se 'Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira' O aeroporto Internacional de Confins, no município de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais".

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado:

Parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo n° 06, de 1984, que "aprova o texto do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Cooperativista da Guiana, celebrado em Georgetown, a 29 de janeiro de 1982".

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n° 109, de 1984, que "institui o tombamento do sítio urbano constituído pela Lapa e Encosta de Santa Tereza, na Cidade do Rio de Janeiro, e dá outras providências".

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n° 12, de 1984, que "fixa a multa máxima permitida em casos de atraso nos pagamentos de mensalidades ou anuidades escolares".

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n° 148, de 1983, que "dispõe sobre a organização e manutenção de bibliotecas escolares para os níveis de 1º e 2º graus e nível superior".

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado:

Parecer contrário ao Projeto de Lei da Câmara n° 46, de 1981, que "acrescenta dispositivo à Lei n° 5540, de 28 de novembro de 1968, que 'fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior'".

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado com votos vencidos dos Senadores Fernando Henrique Cardoso e Álvaro Dias.

Parecer contrário ao Projeto de Lei da Câmara n° 91, de 1984, que "modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Lei n° 5692, de 11 de agosto de 1971, que 'fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus', a fim de oferecer alternativas ao ensino profissionalizante".

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado:

Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado n° 207, de 1983, que "institui a Semana do Jovem e dá outras providências".

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado:

Pelo Senhor Senador Álvaro Dias:

Parecer favorável nos termos das emendas 1 e 2 — CEC que oferece, ao Projeto de Lei da Câmara n° 69, de 1984, que "autoriza as entidades públicas ou privadas, em todo o território nacional, a aproveitar a capacidade ociosa de suas instalações e do seu pessoal para fins educativos, e dá outras providências".

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado:

Parecer favorável nos termos da emenda substitutiva da Comissão de Relações Exteriores, ao Projeto de Decreto Legislativo n° 41, de 1981, que "aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia, assinado em Bogotá, a 12 de março de 1981".

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado:

Pelo Senhor Senador Fernando Henrique Cardoso: Parecer pela audiência da Comissão de Economia, ao Projeto de Lei da Câmara n° 124, de 1981, que "regula o exercício da profissão de Agente da Propriedade Industrial".

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado:

Pela Senhora Senadora Eunice Michiles:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n° 260, de 1983, que "considera patrimônio Histórico Nacional a Cidade de Cametá, no Estado do Pará".

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado:

Pelo Senhor Senador Octávio Cardoso:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n° 129, de 1984, que "mantém a denominação de Celso Suckow da Fonseca para o Centro Federal de Educação Tecnológica, com sede na cidade do Rio de Janeiro".

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado:

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu Sérgio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através da resolução n° 13, de 1983, "Destinada a investigar a persistência da pobreza absoluta no Nordeste".

8^a Reunião, realizada em 29 de maio de 1984

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Comissão de Agricultura, presentes os Senhores Senadores Lourival Baptista (Vice-Presidente no exercício da Presidência), Jutahy Magalhães (Relator), Virgílio Távora e José Lins, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução n° 13, de 1983, destinada a investigar a Persistência da Pobreza Absoluta no Nordeste.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Marco Maciel, João Lobo, Alberto Silva, Alfredo Campos e Hélio Gueiros.

Havendo número regimental o Senhor Senador Lourival Baptista, Presidente em exercício, passa a palavra ao Senhor Senador Jutahy Magalhães, que justifica ao Dr. Renival Alves de Souza a ausência do Senador Alberto Silva Presidente da Comissão, e pede desculpa ao deponente pela pouca presença de Senadores na reunião.

O Senhor Presidente passa a palavra ao Dr. Renival Alves de Souza, Diretor do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido que agradece o honroso convite formulado pela Comissão e em seguida inicia sua palestra sobre "Nordeste e a Pesquisa Agropecuária" enfatizando a Caracterização da Região, a problemática do desenvolvimento, os sistemas de exploração agropecuária e a pesquisa agropecuária.

Passa-se em seguida um audiovisual, onde é mostrado as tecnologias que hoje estão sendo desenvolvidas dentro da região semi-árida e no final, apresenta algumas conclusões.

Possessendo, passa-se à fase interpelatória quando usa da palavra o Senhor Senador Jutahy Magalhães na qualidade de Relator.

Encerrando a reunião, o Senhor Presidente em exercício, Senador Lourival Baptista, felicita o Dr. Renival Alves de Souza pela magnífica exposição que fez.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

Anexo à Ata da 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 13, de 1983, destinada a investigar a persistência da pobreza absoluta no Nordeste, destinada a ouvir a palestra do Senhor Renival Alves de Souza, Diretor do Centro de Pesquisa Agropecuária do Tropicó Semi-Árido, que se publica com a devida autorização do Senhor Presidente da Comissão: Presidente: Senador Alberto Silva, Relator: Senador Jutahy Magalhães.

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
SECAS DO NORDESTE**
Reunião Realizada em 29-5-1984,
Às 10 Horas e 30 Minutos.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Haverá número legal, declaro aberta a nossa reunião.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma explicação.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães, para uma explicação.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Sr. Presidente, uma explicação ao nosso Convidado, Dr. Renival Alves de Souza.

O Presidente Alberto Silva foi designado, pelo seu Partido, para fazer uma viagem a El Salvador e a Colômbia. Por este motivo, S. Exª não está presente, assim como os nobres Senadores Virgílio Távora e José Lins, componentes desta Comissão, que estão fazendo parte da Comissão de Mercado Financeiro, com a presença do Dr. Assis Paim. Então, está havendo um clima de maior presença, de necessidade maior da presença dos Senadores do Governo, para poderem rebater os fatos que estão sendo narrados, neste momento, em outra Comissão.

Infelizmente aqui, no Senado, há muito essa coincidência de horários, e os senadores têm que dar atenção a várias Comissões ao mesmo tempo.

Por má sorte nossa, também alguns companheiros do Nordeste que fazem parte desta Comissão estão representando o Senado na Bulgária e na Romênia, a convite dos Governos desses países.

Por conseguinte, Dr. Renival Alves de Sousa, V. Sª, vai desculpar a pouca presença de senadores hoje aqui. Embora seja necessária a presença dos senadores para acompanhar os trabalhos, o mais importante é que fique nos Anais seu depoimento, para estudo e exame daqueles que se interessam pelos assuntos do Nordeste. V. Sª fará a exposição, que ficará gravada e inserta nos Anais do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Concedo a palavra ao Dr. Renival Alves de Souza, Diretor do Centro de Pesquisa Agropecuário do Tropicó Semi-Árido sua palestra será sobre pesquisas que estão sendo feitas nesse Instituto.

O Sr. Renival Alves de Souza — Exmº Sr. Vice-Presidente da Comissão que investiga as causas da persistência da pobreza na Região Nordeste Senador Lourival Baptista: Exmo. Sr. Relator da CPI Senador Jutahy Magalhães; meus Srs:

O nosso trabalho hoje, aqui, nesta Comissão, é resultante de convite feito pelo seu Presidente, o Senador Alberto Silva e sentimo-nos muito honrados com este convite, pela razão de podermos aqui mostrar o que faz o Centro de Pesquisa Agropecuária do Tropicó Semi-Árido, da EMBRAPA, bem como dar uma visão generalizada do sistema de pesquisa agropecuária na Região Nordeste.

Para tecermos estas considerações sobre a pesquisa agropecuária na Região, é necessário entretermos em outros aspectos com relação ao meio físico da região, aos aspectos sócio-econômicos e, por que não dizer, também com relação ao desenvolvimento rural. A pesquisa e desenvolvimento andam caminhando passo a passo e não podem estar divorciados.

Os trabalhos de pesquisa a serem desenvolvidos numa região devem ser calcados nesta realidade: na sua história, no seu processo histórico de desenvolvimento, nas suas necessidades, bem como nas suas características e nos problemas que afligem essa região.

NORDESTE E A PESQUISA AGROPECUÁRIA

1 — Caracterização da Região

O Nordeste tem uma superfície de 1.646.650 km² e uma população de 34.856.000 habitantes, representando 18% da área e 30% da população brasileira.

Preponderantemente dois fatores se conjugam para produzir o quadro de inquietação tão conhecido por todos. De um lado, as irregularidades climáticas, secularmente conhecidas, causam, com freqüência, prejuízos vultosos à agricultura da Região com reflexos para a economia nacional, como um todo, e do outro, o drama humano das famílias nordestinas é exacerbado pelas condições sociais nas quais vivem.

É a macrorregião brasileira com maior densidade de quadros naturais, mais dividida do ponto de vista político-administrativo; está longe de ser homogênea e experimenta grandes descompassos setoriais.

No primeiro recenseamento geral da população, em 1872, o Nordeste possuía 46.7% da população nacional e contribuía com mais de 50% da renda nacional. Cem anos depois, em 1970, a Região possuía 30.3% da população nacional e contribuía com cerca de 10% da renda nacional. Em 1980, essa participação no PIB ainda diminuiu e, segundo essa tendência, ela deverá ser inexpressiva no ano 2000.

Dentro do Nordeste, a região semi-árida apresenta o quadro mais alarmante. Após anos de inúmeras iniciativas de busca de desenvolvimento através de projetos de irrigação, construção de barragens, infra-estruturas, criação de vários programas especiais para a agricultura, a situação dos produtores nunca foi tão dramática. Os últimos dez anos foram marcados por um aumento de concentração da terra e da desigualdade na distribuição da renda. Isso se acompanhou de uma queda da produção e da produtividade nas culturas tradicionais da Região e no aparecimento de uma situação de emergência grave e generalizada.

Ironicamente, poder-se-ia afirmar que a única produção crescente na Região são as idéias simplistas e salvadoras. Nunca se publicou, falou e televisionou tanto uma Região. Desde a época de Euclides da Cunha, que já assinalava em "Os Sertões", a região semi-árida é particularmente o problema da seca e da agricultura têm feito correr muita tinta e pouca água.

No que se refere aos fatores físicos, com exceção de uma estreita faixa litorânea e do estado do Maranhão, a Região apresenta período chuvoso relativamente curto, chuvas intensas com períodos secos imprevisíveis, alta evaporação (2.000/mm/ano), alta variabilidade da chuva no período, baixo teor de matéria orgânica e de fósforo nos solos, limitados recursos de capital.

Como consequência desse elevado índice de evaporação conjugado ao curto período chuvoso a maioria dos produtores rurais têm seus reservatórios secos poucos meses após as últimas chuvas. Estudos de 1975 indicam que, de julho a dezembro, ocorrem perdas de ordem de 200 l/m²/mês nos açudes do Nordeste. Um levantamento efetuado em propriedades agrícolas do sertão de

Alagoas evidenciou que 95% dos açudes e barreiros particulares secavam antes do final da época seca.

Várias tentativas foram feitas para desenvolver um sistema de zoneamento climático do Nordeste. A aridez da Região tem sido julgada conforme o critério de cada pesquisador. Diversos índices de aridez empregados com sucesso em outros países não se enquadram nas condições de clima, solo e vegetação da Região. Estes índices, em geral, são baseados na quantidade anual de precipitação pluviométrica, enquanto que as chuvas, principalmente nas zonas das secas, são extremamente irregulares quanto à sua distribuição.

Os recursos hídricos da Região são limitados. Mesmo assim, estima-se que são perdidos anualmente, por escorrimento superficial, 36 bilhões de m³ de água. Este volume de água, somado às reservas hídricas de açudes, 20 bilhões de m³, mais a reserva subterrânea, 17 bilhões de m³, e ainda as águas dos rios São Francisco e Parnaíba, poderiam irrigar uma área da ordem de 5 milhões de hectares, caso parte desse volume não estivesse comprometido com a produção de energia elétrica.

Levando-se em consideração as características de solo e clima, estima-se que a região pode ter um aproveitamento, do ponto de vista agropecuário, da seguinte forma:

Áreas para agricultura sem irrigação	170.000 km ²
Áreas para agricultura irrigada	47.000 km ²
Áreas para utilização com lavoura seca (inclusive exploração pecuária)	140.000 km ²
Áreas para exploração florestal ou refúgio silvestre	1.288.650 km ²
Total	1.646.650 km ²

Atualmente, a região conta com 60 mil hectares irrigados nos perímetros sob a responsabilidade do DNOCS e da CODEVASF, além de 93 mil hectares operados pela iniciativa privada, totalizando 153 mil hectares.

Mais grave do que as limitações de natureza física e sócio-econômica da Região (clima, solo e água) é o sistema de posse e uso da terra no contexto da estrutura fundiária regional, que se caracteriza por um complexo latifúndio-minifúndio em todos os estados.

Os dados cadastrais do INCRA, de 1978, mostraram que, dos 1 milhão e duzentos mil imóveis, 80% são classificados como minifúndios e 20% estão classificados como latifúndios, por exploração e dimensão. Quando se analisa a distribuição das áreas dentro dos referidos imóveis, constata-se que da área total aproveitável (98 milhares de hectares) 74% está ocupada com latifúndio.

Quanto às formas de ocupação, nota-se que a figura do parceiro está sendo substituída pela do proprietário e do arrendatário. Assim, a área utilizada pela parceria reduziu-se de 1 milhão e duzentos mil hectares para 600 mil hectares, no período de 1960 a 1975, enquanto que as dos proprietários aumentaram de 57 para 72 milhares de hectares.

Os estudos do INCRA mostram ainda, no mesmo período, que as áreas ocupadas com lavoura tiveram uma expansão inferior às ocupadas com pastagens e, caso continue essa tendência, haverá fatalmente uma redução na oferta de alimentos e de emprego agrícola, desde que a produtividade da terra continue inalterada.

No contexto brasileiro, a pequena produção desempenha um papel relevante, pelo fato de abrigar 55% do pessoal ocupado nas atividades agropecuárias e produzir cerca de 80% dos alimentos, incluindo os hortifrutigranjeiros.

Face à baixa remuneração oferecida pela agricultura regional, está havendo um deslocamento crescente da população rural para os centros urbanos, o que pode ser observado quando se analisa o Quadro I.

QUADRO I
POPULAÇÃO URBANA E RURAL
NORDESTE

Censo	Urbana	Rural	Total	% Total
1960	7.516.500	14.665.380	22.181.880	31,6
1970	11.752.977	16.358.950	28.111.927	30,1
1980	17.586.646	17.275.443	34.855.469	29,2

Fonte: FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1982.

O crescimento da população urbana e rural do Nordeste, entre os anos de 1960 e 1980, foi da ordem de 13 milhões de habitantes. Em 1960, a população urbana representava metade da população rural e 20 anos depois elas se equivaliam. No mesmo período, a população urbana teve incremento da ordem de 140%, enquanto que a rural aumentou em apenas 18%.

2. A problemática do desenvolvimento rural

O desenvolvimento do Estado e sua relação com a sociedade e a economia brasileiras, pode ser entendido, ao nosso ver, em dois momentos decisivos, antes e depois 1930. Não que represente um limite rígido, mas apenas o marco de um processo de transformação que promoveu mudanças de qualidade no sistema econômico, social e político nacional.

Até 1930 a economia brasileira era marcadamente agroexportadora, herdando estruturas do seu passado colonial, continuando como produtor de mercadorias para o mercado externo, o que permitia acumulação de capitais em determinados níveis internos.

No conjunto, o País apresentava uma desarticulação econômica, com economias e/ou complexos econômicos regionais mais ou menos organizados e complexos, ligados diretamente a mercados externos (a cana no Nordeste; o café no Sudeste; a agropecuária em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul; e a borracha na Amazônia etc.). Sendo que a região e a economia regional podiam confundir-se ou até se definir a partir do quadro natural ou muito próximo deste, por exemplo: a zona da pecuária do sertão nordestino, a cana-de-açúcar na zona da mata úmida; o próprio café obedecendo até certo ponto os seus limites climáticos; a zona seringalista da floresta equatorial, etc.

Após a década de 30 ocorrem mudanças significativas no sistema econômico-social nos planos interno e externo, o que se traduziu numa concentração do poder político-econômico, inaugurando a intervenção do Estado sobre a economia, não mais apenas como intermediário e legislador, mas intervindo e planejando a economia. Fato evidenciado através de medidas que vieram a concretizar o poder político sobre o conjunto do território, tais como: a quebra das barreiras alfandegárias entre os Estados; a exclusividade do Governo Federal de legislar sobre comércio exterior; a criação de mecanismos centrais de política econômica para determinados produtos (Instituto do Açúcar e do Álcool — IAA, e Instituto Nacional do Café — INC, depois do IBC); a legislação trabalhista etc.

O Semi-Árido foi ocupado em virtude da expansão da cultura canavieira da zona da mata úmida (desde o período colonial), que necessitava de animais de transporte e tração para os engenhos, seguindo os mesmos moldes das grandes propriedades canavieiras, apenas com algumas particularidades provenientes da atividade de pecuária extensiva.

Essa região serviu e serve como área que abrigou e abriga populações que se vêem alijadas do acesso às terras mais férteis da zona úmida da Região Nordeste, que possui historicamente um alto grau de concentração da propriedade da terra.

so real a recursos financeiros e dotação de infraestrutura social e produtiva, do que de tecnologia e capital pura e simplesmente.

Mas a reorganização nestes moldes não foi possível porque essa área, assim como a Região Nordeste como um todo, estava com seu papel definido na redivisão regional do trabalho, funcionando como fornecedora de força de trabalho para outras áreas e setores em expansão e como área reserva para expansão econômica de iniciativas de outras regiões mais desenvolvidas no País.

3 — Sistemas de Exploração Agropecuária

A exploração da terra no Nordeste foi iniciada com o cultivo da cana-de-açúcar, na Zona da Mata, que, por ser uma atividade que requer elevados investimentos de capital fixo, vinha exigir o plantio de grandes áreas. Com a expansão dos canaviais e o aumento da população envolvida no cultivo da cana, o senhor de engenho, para reduzir os custos do aumento da força de trabalho, permitiu que se produzissem gêneros alimentícios no próprio engenho, para autoconsumo, em substituição às importações dos mesmos.

A pequena agricultura não ficou restrita ao âmbito dos engenhos. Ocorreu uma penetração para o interior nos fins do século XVI, principalmente através do rio São Francisco. Hoje representa papel importante no contexto da economia regional.

Os sistemas de produção em uso no Nordeste semi-árido, a exemplo do que ocorre nas diversas regiões semi-áridas do Mundo, são sistemas muito complexos, em que o produtor e sua família são parte integrante desse complexo, por quanto dele é retirada a sua fonte de subsistência. Tal situação estabelece o marco diferencial do sistema de exploração empresarial em que normalmente o homem não faz parte do sistema. A complexidade dos sistemas de produção desenvolvidos nos trópicos semi-áridos reside na existência das inúmeras interações predominantes dos diversos conjuntos de sistemas.

No caso específico do Semi-Árido nordestino, contamos com uma série de culturas que, dadas as suas características fisiológicas, se adaptam a diferentes condições ambientais e, com isto, asseguram a sua ampla preferência no esquema de subsistência. São elas: o feijão macassar, o milho, a mandioca e o algodão.

Por outro lado, a variação ambiental, no que tange aos aspectos de clima e solo, favorecem a regionalização de alguns tipos de sistemas que têm por base algumas culturas específicas associadas a outras culturas de caráter secundários. São exemplos:

a — sistema de cultivo com base no feijão *Phaseolus*, predominante na região de Irecê-BA, na região de Poço Verde e N. S. da Glória-SE, Santana de Ipanema-AL, e região de Águas Belas-PE. Nesses sistemas entram como componente secundário as culturas do milho, mamona ou algodão;

b — sistemas de cultivo com base na palma forrageira. Embora bastante difundida no Nordeste, a palma se acha concentrada na bacia leiteira de Alagoas, Agreste de Pernambuco e no sertão paraibano. A palma é normalmente cultivada em associação com o feijão macassar, milho e algodão arbóreo;

c — sistemas de cultivo com base na cultura do algodão. Nas áreas de precipitação mais favoráveis, (acima de 600 mm) predomina o algodão herbáceo em associação com o milho, feijão *Phaseolus*. Este tipo de situação é comum no Agreste de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Região de Guanambi, na Bahia. Nas áreas com precipitação inferior a 600 mm predomina o algodão arbóreo em associação com o feijão macassar, sorgo, mamona e milho. Tal situação ocorre com maior frequência no Seridó da Paraíba e Rio Grande do Norte e Sertão Central do Ceará e Pernambuco;

d — sistemas de cultivo com base na cultura do arroz. Este sistema predomina no Estado do Maranhão e região Centro-Oeste do Piauí. O sistema de cultivo de arroz é geralmente desenvolvido em associação com o milho e a mandioca.

4 — A Pesquisa Agropecuária

Até os anos 70 a preocupação prioritária do governo foi o desenvolvimento industrial. A ausência de maiores esforços na área da pesquisa agropecuária indicava que a falta de mudanças tecnológicas significativas neste setor não constituía um obstáculo no processo de acumulação de capital, centrado no setor industrial.

Esta afirmativa é confirmada quando se analisa o trabalho elaborado conjuntamente pelo MINTER-SUDENE e MEC-UFCE, publicado em 1976, sob o título "Produção Científica no Setor Agrícola do Nordeste".

Esta publicação fornece uma visão do que foi realizado em termos de pesquisa agropecuária na Região até 1974, é estima a produção científica total em cerca de 3.100 trabalhos.

Localizada sobretudo no litoral, concentrada nos Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia (72% dos trabalhos), a produção científica regional, além de insignificante, era mal aproveitada, visto que cerca de 42% dos trabalhos não foram publicados.

Essa concentração ocorria também nos temas de pesquisa, quase exclusivamente dedicados a culturas alimentares industriais, com insignificante volume de trabalhos de pesquisa sobre uso e conservação dos recursos naturais da Região, questão primordial no Semi-Árido nordestino. É interessante observar também o número de pesquisas interrompidas, 1 para cada 16 pesquisas começadas. O trabalho acrescenta, ainda, um paradoxo não menos grave, as pesquisas sobre culturas alimentares, que representam 38% da produção científica total incluindo-se entre as atividades com um dos maiores índices de trabalhos publicados, ou seja, 44%. Isto significa que mais da metade da produção científica nesse campo (56%) não teve seus resultados ao alcance do público.

No Nordeste, a pesquisa agropecuária estava, até então, insuficientemente estruturada e organizada, sobretudo nas regiões semi-áridas, para contemplar a complexidade e a diversidade das interações entre os sistemas sociais e ecológicos no Semi-Árido, somadas à situação de crise quase permanente vivida pelos agricultores da Região.

Essa reorganização da pesquisa no Brasil, em que pese à atuação de muitos pesquisadores neste sentido, é consequência da importância atribuída, a partir dos anos 70, à modernização da agricultura, através do processo de desenvolvimento industrial do País, preocupação formulada claramente no I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento). Reforça essa evidência a formulação, nesse período, de toda uma gama de programas, visando à modernização da agricultura através de sua maior integração com o setor industrial.

Assim, os órgãos responsáveis pela execução e pela coordenação da pesquisa agropecuária em toda o Território Nacional, apesar das especificidades do setor agrícola, estão alinhados às diretrizes gerais da Política Nacional para a Ciência e a Tecnologia, definidas no Plano Brasileiro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. A publicação do Plano ocorre no momento em que a política científica e tecnológica já dependia do Ministério do Planejamento, hoje SEPLAN, e do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq, transformado em Fundação em 1974.

No início da década de 70, tornara-se evidente que, a fim de equilibrar a demanda e a oferta de alimentos, não restava ao Brasil outra alternativa senão investir em pesquisa agropecuária. Então, o governo criou a EMBRAPA, em 1972, e apoiou decididamente seu crescimento.

Alguns princípios fundamentais têm norteado a vida da Empresa:

a — A dimensão do Brasil com ecologia muito variada exige uma participação ativa dos Estados, juntamente com o Governo Federal, na empreitada de resolver os problemas agropecuários passíveis de solução técnica.

b — Buscou-se interiorizar a pesquisa, instalando-se Unidades de Pesquisa, onde os problemas se encontram. Essas Unidades abrigam uma massa crítica de pesquisadores e são bem equipadas de facilidades de laboratórios, além do fácil acesso às informações científicas geradas no Brasil e no exterior.

Caso típico: podemos indicar o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-árido, localizado em Petrolina, onde as condições de infra-estrutura talvez não sejam as melhores, mas, do ponto de vista da pesquisa, dos objetivos desse Centro, estamos realmente no local apropriado para atender os problemas dos agricultores. É o caso do Centro de Gado de Corte, em Campo Grande, e de outras unidades de pesquisas espalhadas pelo interior. A Empresa procurou fugir da Capital, interiorizando seu processo de pesquisa e dando maior realismo ao trabalho ali desenvolvido.

c — A Empresa empreendeu um programa de investimentos na formação de recursos humanos a nível avançado.

d — Investe em pesquisa aplicada, procurando aplicar seus recursos e engenhosidades para resolver os problemas dos agricultores.

O Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária regional é integrado por três Centros Nacionais de Produção — um, no Ceará, o Centro de Caprino; o de Algodão, em Campina Grande, na Paraíba; o de Mandioca e Fruticultura, em Cruz das Almas, na Bahia; o Centro de Pesquisas Agropecuária do Trópico Semi-Árido, em Petrolina —, um Centro de Recurso, duas Unidades de pesquisas de Âmbito Estadual — uma em Sergipe, uma, no Piauí —, e sete Empresas Estaduais de Pesquisa, nos Estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia. São operados nesses órgãos 790 projetos de pesquisa agropecuária das unidades (24.4% do total nacional) por 259 pesquisadores das Unidades da EMBRAPA e 480 das Empresas Estaduais, no total de 739.

(Projeção)

Para dar uma contribuição efetiva aos agricultores da região, a pesquisa tem como primeiro objetivo conhecer, a curto prazo, o que limita a produção e a produtividade a nível dos agricultores da região, identificando, ao mesmo tempo, seus diversos potenciais produtivos inexplorados. Esse enfoque é antípoda ao tradicional que considera e pressupõe que as técnicas usadas pelos agricultores são obsoletas, erradas, inadequadas ou, no mínimo, de qualidade inferior às geradas pela pesquisa. Ele busca conhecer a realidade, para, a partir dos problemas reais dos produtores rurais, identificar os passíveis de solução técnica. É sobre esses que a pesquisa tem um contrato a cumprir. Na Região Semi-Árida, reorientar o processo de geração e difusão de tecnologia agrícola em função das necessidades de desenvolvimento dos produtores e do fortalecimento de sua economia, é hoje, o principal desafio a que se encontra confrontada a pesquisa, a extensão rural e todo técnico ou agrônomo atuando nessa área.

Assim, conhecer o que limita a produtividade das culturas, do ponto de vista agrônomo, leva diretamente à questão de tecnologia e da agricultura, (processo de geração difusão e adoção), terreno privilegiado para o encontro entre agrônomo e economista. A pesquisa procura conhecer científicamente o meio rural. No que se refere ao Centro de Pesquisa Agropecuária, estes três quadros correspondem aos três programas nacionais.

Em primeiro lugar, a pesquisa procura estudar o meio rural, através do levantamento dos recursos naturais sócio-econômicos. Aí são identificados problemas e trazidos para ser resolvidos no segundo quadro — o estudo a nível de campo experimental, que corresponde ao Programa Nacional de Aproveitamento dos Recursos Naturais do Trópico Semi-Árido, solução de problemas, através de métodos experimentais e a sintetização de informações.

Os dados aí obtidos são levados para o terceiro programa, que são estudos a nível de produtor. É o Programa Nacional de Sistema de Produção, onde, numa escala operacional, se procura sintetizar as informações obtidas da pesquisa no campo experimental, em modelos de exploração adequados a cada região e a cada tipo de produtor. Esse Programa corresponde ao ponto de encontro entre pesquisadores, extensionistas e produtores. Temos exemplos desse Programa já desenvolvidos em Pernambuco, numa área de 10 mil km², no nordeste da Bahia, e numa área de mais de 12 mil km². Estamos começando outro trabalho dessa natureza, integrado com o Estado de Sergipe, para a zona semi-árida; há um outro na região do Brejo paraibano; e estamos iniciando outro no Piauí.

Esse Programa de Avaliação dos Recursos Naturais produz três grandes informações: um quadro natural, onde estudamos o meio físico, a vegetação, os recursos hídricos, o solo. Daí desenvolvemos mapas, que chamamos agroecológicos, e que permitem identificar unidades mais ou menos uniformes. Depois, fazemos um estudo do quadro agrícola. Estudamos então, a produção, o sistema de produção; estudamos as limitações, o que limita as culturas na Região ou a pecuária.

Finalmente, vem um terceiro quadro, que chamamos agrário, onde estudamos a propriedade, o seu tamanho, a forma de ocupação, o crédito, a extensão, a assistência técnica, e enfim, todos os aspectos que se referem à estrutura agrária.

Estes três quadros permitem, posteriormente, a caracterização de tipos de produtores. Para dada região, para um município, é possível que, através desse método que utilizamos, fornecer estratégias, tanto para as instituições de desenvolvimento como para a extensão rural, como para a própria pesquisa; para as instituições de desenvolvimento, dando esse quadro de uma forma integrada; para a extensão rural, fornecendo as estratégias tecnológicas para cada tipo de produtor, para a própria pesquisa, porque nesse programa levantamos os problemas ali encontrados, para serem tratados por métodos científicos, dentro dos campos experimentais.

Esse trabalho foi iniciado no Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-árido. Hoje, um segundo passo que estamos dando será a difusão desse trabalho no meio das outras instituições que fazem pesquisa nessa Região. Só desta maneira, de forma sistematizada, procurando conhecer em detalhes todas as dificuldades, de uma forma bem sistematizada e de uma forma científica, é que poderemos apresentar alternativas que possam subsidiar aqueles três grandes clientes da pesquisa: as instituições de desenvolvimento, a extensão rural e a própria pesquisa.

Vamos passar um audiovisual. Serão mostrados as tecnologias que hoje estão desenvolvidas dentro da região semi-árida. No final, apresentaremos algumas conclusões.

(Projeção)

5 — Conclusões

Apesar das limitações de natureza física, a Região Nordeste, bem como o semi-árido, apresenta potencialidades para auferir um desenvolvimento compatível com a média nacional. O quadro alarmante ali encontrado é resultante mais dos modelos e soluções utilizadas do que das características agroecológicas próprias da Região.

Dentro do contexto regional, a pesquisa agropecuária tem um importante papel a desempenhar no que se refere aos problemas passíveis de soluções técnicas, que não são maioria. Ela está orientada para elaboração de métodos, técnicas e tecnologias que permitam a otimização e/ou a maximização dos recursos disponíveis em termos de produção, produtividade, resistência climática e melhoramento do equilíbrio ecológico.

O enfoque adotado pelo sistema de pesquisa da EMBRAPA procura, a partir do conhecimento do meio rural, e de forma sistematizada, subsidiar aquelas instituições responsáveis pela política e pelo desenvolvimento

regional, visto que o equacionamento de soluções para a Região está mais no âmbito da política, no que se refere à estrutura agrária, acesso real ao crédito, infra-estrutura produtiva, remuneração atrativa para os produtos agropecuários, do que de técnicas e tecnologias.

É necessário que haja uma vontade expressa que permita superar os obstáculos ao desenvolvimento regional e oriente a política agrícola com vistas à capitalização dos agricultores. Num futuro próximo se poderá constatar que inversões feitas para manter a população da Região no seu local de origem serão bem menores do que os recursos financeiros pagos para mantê-la nas favelas das grandes cidades.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Com a palavra o eminente Relator, Senador Jutahy Magalhães.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Dr. Renival Alves de Souza foi uma satisfação ouvi-lo e acompanhar a exposição que V. Sr. fez a respeito dos trabalhos que vêm sendo executados — Pesquisa no Nordeste. Com o audiovisual podemos até verificar, inclusive, que as imagens da pobreza, quando passadas em tecnicolor, ficam muito bonitas.

O trabalho da pesquisa, como V. Sr. diz no final, nas conclusões, vem sendo executado com eficiência. Nos órgãos encarregados dessas pesquisas, V. Sr. tem conseguido mostrar as nossas necessidades, as nossas possibilidades. Como ainda V. Ex.º diz, é necessária uma política agressiva, uma determinação, para resolver os problemas do Nordeste. O estudo só não é suficiente. V. Sr. disse quando falou nos problemas dos "Sertões", de Euclides da Cunha, que tínhamos muita tinta e pouca água. Hoje temos muitos projetos e poucos recursos. É necessária uma determinação do Governo Federal de empregar recursos maciços no Nordeste.

V. Sr. também disse na sua exposição que temos possibilidade de conviver com a seca. Temos, se tivermos recursos para isto. Sem esses recursos, estamos tendo o quê? Estamos tendo o nosso Ministro da Saúde declarando peremptoriamente que este ano teremos 120 mil mortes de crianças, e na sua maioria com essa epidemia, que praticamente existe na Bahia, de gastroenterite, provocada pela fome, pela miséria, pela desnutrição dessa população do interior do Estado e do interior do Nordeste todo...

Com a falta desses recursos temos 3 milhões e meio de nordestinos fora do Nordeste, que foram buscar melhores condições de vida, pelo menos teoricamente existentes nos outros Estados.

Para início da inquirição, pergunto a V. Sr. com os estudos que foram feitos pelos órgãos ligados a esses problemas, principalmente na área do Nordeste — V. Sr. falou em sorgo, jojoba, não falou em algaroba, mas agora — parece-me — fala-se muito em algaroba —, dessas plantas, que podemos dizer, xefófilas, em convivência com o clima e com as possibilidades hídricas do Nordeste, quais aquelas que estão sendo implantadas, com quais recursos, em que áreas, qual a produtividade que essas plantas, estão trazendo bons resultados para a economia dos Estados, onde sendo implantadas? V. Sr. poderia dar uma informação sobre questão dessas plantas? Também sobre o problema do desenvolvimento caprino, porque temos na agropecuária uma luta constante do pecuarista nas regiões secas do Nordeste, com a falta de chuva, com a falta de captação de água, como temos na Bahia, por exemplo. Citaria Monte Santo que é uma luta constante de buscar água a 30, 40 quilômetros, para levar para o gado beber, porque no subsolo não se encontra água necessária para dar de beber à pecuária.

Vejo que a produção de caprinos, que poderia ser mais desenvolvida, não sei se há aceitação por parte dos pecuaristas, mas não há uma difusão dessa produção de caprinos pelos diversos municípios. Existe lá na região de

Uauá, por exemplo, no meu Estado, um trabalho bem desenvolvido neste sentido. Entretanto, não há uma difusão maior entre os pecuaristas para desenvolver esse tipo de produção pecuária. Nas áreas irrigadas, segundo a sua exposição, V. Sr. falou no sistema de irrigação de salvação.

Quais as áreas, o número de hectares que teríamos utilizando hoje, já esse sistema, e se esse sistema estaria dando resultado?

O Projeto Sertanejo que tantas esperanças criaram nos nordestinos, vimos que somente 5 ou 10% do seu alvo foi alcançado. O PROTERRA também foi outro Programa de interesse para o Nordeste. Quando vimos seus resultados, são 75% dos resultados dados para os grandes latifúndios e apenas 2% dos recursos para os pequenos proprietários. Temos o PIN, outra tentativa de colocação de nordestinos na Transamazônica. Resultado: quase todos retornaram, ficando muito poucos na Transamazônica.

Quando se fala, hoje, no Projeto Nordeste, que seria uma junção de todos esses projetos, vemos os próprios representantes dos diversos órgãos encarregados da aplicação desses recursos do PROTERRA, do Projeto Sertanejo, SUDENE, etc., declararem praticamente a falência de todos esses Projetos, e criando novas esperanças com o Projeto Nordeste, que ainda vai ser implementado.

No meu pensamento, estamos aqui buscando as causas da pobreza absoluta do Nordeste, a constante falta de recursos para a nossa região. Assim gostaria que V. Sr. complementando a brilhante exposição que fez, desse essas informações — qual a implementação, por parte de programas, dos trabalhos executados por V. Sr. e seus auxiliares? As pesquisas, as análises foram feitas, o diagnóstico foi feito, mas qual o resultado positivo com a aplicação, no Nordeste, desses trabalhos, desses estudos? Qual, por exemplo, a aumento de produtividade já obtido nos diversos Programas, sejam agrícolas, sejam pecuários?

O SR. RENIVAL ALVES DE SOUZA — Senador Jutahy Magalhães, o Centro de Pesquisa Agropecuário do Trópico Semi-Árido, que, com sua criação, iniciou suas atividades em 1975, procurou, de uma maneira própria, peculiar, dar um enfoque à pesquisa na região. A formação dos nossos pesquisadores, de modo geral, quando feita, principalmente fora do Brasil, ou dentro, quando a maioria das nossas escolas estão também divorciadas dessa nossa realidade, por estarem localizadas no litoral, de costas — como dizia o Senador Nilo Coelho — de costas para o semi-árido, não permitiu, e também não só isto, a estrutura mesma de pesquisa que estava localizada no litoral, voltada mais para os problemas do litoral, tudo isso concorreu para que a pesquisa se fixasse em cima de pontos que, talvez, não fossem os principais obstáculos para o desenvolvimento da agropecuária da região.

Com a criação do CPATSA, o Centro procurou, em primeiro lugar, visualizar o Nordeste como um todo, entender, como mencionei, a sua estrutura física, os seus problemas de natureza física, os seus problemas de natureza social, que estão muito intimamente relacionados. Com isso, damos um giro, posso dizer, de 108 graus em relação ao enfoque de pesquisas adotado.

Era comum se ouvir que o produtor é ignorante, não aceita mudanças, que é uma pessoa que, normalmente, adota aquelas tradições dos seus antepassados. Colocamos esse enfoque de lado e achamos que realmente o produtor tem o seu conhecimento, o seu saber, que é um saber diferente do saber técnico, mas é um saber adquirido através desses anos todos de trabalho.

Então, quando não adota um programa especial que preconiza determinadas tecnologias, o produtor está fazendo isso porque tem aquela vivência. Se conseguirmos mostrar para o produtor que adotando a tecnologia,

consegue mais dinheiro, tem-se que provar isso. Se aquilo dá mais dinheiro, então ele adota perfeitamente.

Nesse quadro todo, somos um centro, nós, digo eu, como Chefe do Centro de Pesquisas Agropecuária do Trópico Semi-Árido. Temos dois grandes objetivos: um, mudar esse enfoque da pesquisa, tratar o problema, a partir do conhecimento dessa realidade, segundo passo que estamos fazendo neste momento — procurar introduzir esse enfoque que adotamos dentro do Centro nas outras instituições de pesquisa da região, quer sejam do sistema estadual, quer sejam da universidade, ou qualquer outra instituição.

Isto é muito importante, porque não é a partir de Petrolina, dos trabalhos que ali desenvolvemos, que podemos apresentar soluções para a região como um todo. A região é muito diversificada. É necessário que haja esse esforço de interação entre as várias instituições e se adote o mesmo sistema.

Então, quando falo que o conhecimento da realidade, a avaliação dos recursos naturais e sócio-econômicos é de extrema importância para a região, apesar de haver estudos inúmeros do ponto de vista de recursos hídricos, que sejam subterrâneos ou superficiais, de vegetação, são estudos estanques, feitos com objetivos específicos.

Tentámos reunir todas essas informações, tentando superpor e, depois, daí tirarmos as nossas conclusões e fazer as recomendações.

Mesmo assim, temos contado com o apoio irrestrito das instituições de desenvolvimento da região, quer sejam a CODEVASF, quer seja o DNOCS, quer seja a SUDENE, da qual sou empregado. Todo este nosso trabalho hoje está sendo utilizado através desses programas especiais.

V. Ex.º diz bem, que os programas especiais muitas vezes não produziram o impacto esperado. Não porque se usou uma tecnologia inadequada, por motivo de outros problemas.

Cheguei, por exemplo, a uma propriedade, porque esmiuçamos em algumas áreas todo esse trabalho — fizemos, inclusive, uma avaliação para o Projeto Sertanejo, numa zona de 10.000 km² — em determinado local encontramos um indivíduo com o pulverizador dependurado na parede, novo em folha. Perguntei: para que o Sr. quer isto aí? Ele disse: o técnico que elaborou o meu projeto disse que tinha que comprar um pulverizador, porque fazia parte das recomendações. Mais adiante encontrei outro com um silo-trincheira, que nunca foi utilizado. Também fazia parte das recomendações.

Estes dois exemplos podem mostrar que normalmente esses programas têm vindo com uma receita generalizada para toda a região, e temos uma diversidade enorme de produtores, com características próprias. Todo o trabalho tem que ser calculado em cima dessa avaliação inicial, para daí sairmos com estratégia própria para cada tipo de produtor. Quando digo cada tipo, não é individualmente, e sim se pegar uma área com características mais ou menos homogêneas e se sair com a estratégia.

Este, o tipo de enfoque que estamos vendendo à SUDENE. Estamos tendo uma participação ativa, hoje, no Projeto Nordeste, por exigência da própria SUDENE, do Banco Mundial.

Então, nós — CPATSA, seria a instituição que coordenaria toda a atividade de pesquisa na região, com recursos oriundos deste programa.

Inicialmente são recursos da ordem de 3,5 bilhões de dólares, com possibilidade de se chegar a 13 bilhões de dólares. Realmente é um volume de recursos expressivo.

Estamos lutando, procurando orientar as instituições de pesquisa dentro desse enfoque que adotamos no CPATSA. Fatalmente irá multiplicar a nossa capacidade, porque vamos ter um representante com esse enfoque, com essa tecnologia, lá dentro do Estado. Hoje já é realidade em alguns Estados. É realidade no Estado da

Bahia, é realidade no Estado de Sergipe, na Paraíba também, em Pernambuco e no Piauí. Alguns Estados estão mais atrasados.

Assim, estamos dedicando boa parte do nosso tempo a este tipo de trabalho.

Com relação às plantas utilizadas, procuramos tratar, estudar o que hoje se faz na região, introduzindo apenas pequenas melhorias, pequenas mudanças.

É o caso do estudo de vazantes, que aperfeiçoamos. A vazante é uma prática comum dentro do semi-árido. Esse trabalho de subcamaleão foi desenvolvido há muito tempo pelo DNOCs. Então o aperfeiçoamos também.

Como mencionava, trabalhamos em cima daquelas técnicas ou tecnologias já da região. Outro ponto, procuramos introduzir inovações, a exemplo da acumulação de água em pequenos barreiros, que estamos chamando de irrigação de salvação; ou seja, uma aplicação d'água num veranico daqueles, 15 dias. Se não se tem água, damos uma pequena irrigação e salvamos a cultura, principalmente nas culturas alimentares, milho e feijão.

Também procuramos estudar, de forma sistematizada, a algaroba, uma planta introduzida na região desde os anos 50, o capim-buxo, também introduzido já há bastante tempo. Procuramos introduzir outras variedades, pegamos material dos Estados Unidos, da Austrália, onde havia esse material, que também têm mostrado resultados excelentes. O caso do capim-buxo especificamente, temos na beira da estrada, do CPATSA um experimento com capacidade de suporte desse capim-buxo. Hoje conseguimos, com a introdução da aleocena, no período seco, uma complementação, como foi mencionado no audiovisual. Cerca de 30% de sua alimentação o animal consegue através da aleocena, que é uma leguminosa, para fornecer a proteína. Durante o período seco, o capim baixa o teor de proteína, e é necessário ser complementada. Conseguimos manter uma cabeça por hectare naquelas condições. Esse experimento está no quarto ano, sem adubação. Até hoje não foi necessário colocar um grama de fósforo.

É algo expressivo. Quando medimos a capacidade de suporte na região de Petrolina, chega a ser vinte hectares para uma cabeça. Então, uma pequena propriedade de cem hectares realmente é uma pequena propriedade, porque daria para manter apenas cinco cabeças de gado.

Quanto à utilização pelos agricultores, nem sempre temos um **feed back** de quanto está sendo introduzido. Quando temos um programa especial que adota tecnologia é fácil termos essa informação de volta. Posso dizer que no Estado de Sergipe o Governo já implantou cinco mil cisternas, e vai atingir vinte mil, segundo seus planos. Agora está-nos pedindo pessoal para a orientação da produção de barreiros. Quer construir cinco mil barreiros. É fácil para nós, porque temos um conto direto. Geralmente essas coisas são feitas através da extensão, e nem sempre temos o **feed back**.

Com relação à pequena irrigação, temos hoje um número, dado pela EMBRATER, da ordem de 50 mil hectares, envolvendo não só os barreiros como também reservas d'água, aproveitando poço amazonas, aproveitando pequenos aquídes. Está tendo um desenvolvimento muito grande, principalmente no Estado de Pernambuco.

No tocante à parte de produção animal principalmente caprino, desenvolvemos um trabalho com caprino mais no que se refere ao manejo do rebanho: os cuidados sanitários básicos, alimentação. E só.

O trabalho de melhoramento e introdução de novas raças, ou melhoria da raça da região, é feito através do centro de caprino, que fica em Sobral, no Ceará.

Talvez das pesquisas feitas para este produto, tenha sido esta a de menor repercussão, porque a criação extensiva do caprino, como é feita na região, se se quer dar um manejo, no sentido de melhorar, de diminuir a taxa

de verminose, é necessário trazer esses animais. Ou seja, envolve um trabalho muito grande. Há uma preferência quase que generalizada para uma criação extensiva, sem esses cuidados, e também com emprego de mão-de-obra bem menor. É uma questão de economia do lado do produtor. Nesta situação, temos que fazer sistemas utilizando essas melhorias técnicas introduzidas pela pesquisa e comprovar, junto ao produtor, se elas são rentáveis.

Estamos fazendo isto quando trabalhamos junto aos agricultores. Hoje isto está sendo feito através do Projeto Sertanejo, que é um campo de ação para a pesquisa. Introduzimos isto. Temos convênio hoje com a SUDENE, que financia esse tipo de atividade. Hoje temos trabalhos em cerca de 30 propriedades em todo o Nordeste. Alguns deles são executados diretamente pelo Centro de Pesquisa Agropecuária do Semi-Árido — CPATSA, e outros em articulação, em coordenação com as empresas estatais de pesquisa.

Só desta forma, introduzindo esse sistema, pondo o produtor, com seus anseios, com suas dificuldades, junto a pesquisadores, junto a extensionistas, é que podemos encontrar soluções, pelo menos do ponto de vista técnico, para essa região.

Hoje consideramos em difusão na região os resultados de pesquisas com a algaroba, os resultados de pesquisas com irrigação, que não são generalizados, mas muito restritos ao vale do São Francisco e algumas áreas de projetos de irrigação do Governo. Também atualmente em Sergipe há interesse, inclusive porque o Governo estadual está entrando nessa área de irrigação. Também estamos dando uma contribuição principalmente à cultura de cebola, uva, melancia, melão, figo também, com um potencial muito bom, laranja, manga e banana. Esses produtos no vale do São Francisco têm uma expressão, tanto que a uva hoje representa na região 500 hectares irrigados, produzindo. Dá uma proporção anual da ordem de 1.500 toneladas inclusive com exportação para o exterior.

Para culturas de jojobas estamos em fase inicial do nosso trabalho. Temos jojoba já com uns três anos, iniciando floração, apesar de existir alguns projetos na região, em Minas Gerais, e agora também lá no Rio Grande do Norte, mas sem muito estudo. Se formos consultados sobre este assunto não recomendaremos a sua introdução na região de maneira indiscriminada. Conhece-se muito da planta, principalmente que é uma planta que tem os sexos separados. Quando é jogada a semente, pode-se ter uma grande maioria de planta macho e poucas fêmeas e, portanto, com uma produtividade muito pequena. Estamos também introduzindo o guaiule, um arbusto para a produção de látex, em substituição à borrhacha; o guá, planta produtora de amido que é utilizado na indústria de alimentos e até na indústria de perfuração de poços de petróleo, tem também grandes possibilidades. Já há uma indústria de fora-não é a Celonese, que é um truste internacional, e sim uma indústria italiana querendo fazer associação com produtores, principalmente na região de Irecê, para introdução dessa cultura na região de forma comercial.

Não sei se respondi a tudo.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Agradeço.

Apenas para encerrar, farei uma pergunta rápida: considera V. S^{ta} a agricultura do Nordeste viável? Ou considera que São Pedro é o maior inimigo do Nordeste ou se há falta de recursos para o aproveitamento hídrico?

Sabemos que o São Francisco, por exemplo, que é uma fonte fabulosa de riqueza para o Nordeste que não é aproveitada, depois de passar por Paulo Afonso desce até o mar praticamente com os seus recursos hídricos inexplorados. Então minha indagação, para resposta breve de V. S^{ta}; a agricultura no Nordeste é viável?

O SR. RENIVAL ALVES DE SOUZA — Considero que a agricultura da região é viável. Mostramos que existe uma reserva hídrica da ordem de 90 bilhões de metros cúbicos de água. Daria para irrigar uma área aproximada de cinco milhões de hectares. Isto falando de irrigação. Há a agricultura de sequeiro, com o oeste da Bahia, boa parte da Bahia, podendo utilizar Piauí, Maranhão, sem maiores problemas. Dependendo de chuva, essa agricultura pode ter uma importância muito grande dentro da região, considerando que seria supridora das necessidades básicas de alimentos da região, principalmente milho e feijão, além de outras culturas industriais, como o algodão e a própria mamona.

Com a introdução desse sistema de irrigação de salvação, dos pequenos barreiros, e aproveitamento dos mananciais existentes na região podemos multiplicar essa capacidade e dar uma segurança à agricultura, que independe da volume de chuva caída.

Não concordo que haja uma seca por falta d'água. Há uma seca por distribuição dessa água ao longo do período. Por características da própria região temos grandes chuvas, pelo menos uma, duas chuvas que poderão encher esses pequenos reservatórios. Daí se garantir a produção de dois hectares com milho e feijão. Temos exemplos durante os últimos seis anos, que foram, comprovadamente, os piores anos de seca na história do Nordeste. Mesmo assim esse produtor conseguiu tirar a sua cultura de feijão e de milho, usando aquele pequeno barreiro.

Há duas coisas: uma seria a agricultura empresarial na região. Estou falando mais do pequeno agricultor. Este que é o problema mais crucial da região, em razão de viver aquele grande número de famílias nessa dependência, o governo gastando aí bilhões de cruzeiros anualmente, para suprir as necessidades mínimas dessa população. Poder-se-ia, através de programas, por antecipação, implantar uma estrutura, não só do ponto de vista de recursos hídricos como uma estrutura envolvendo também a comercialização, o armazenamento, o crédito na hora.

No Nordeste, cinco dias de diferença para chegar o crédito a um produtor é de extrema importância. Não se pode perder uma oportunidade de chuva. Tem-se que ter aquilo à mão. As situações hoje desastrosas dos clientes do Projeto Sertanejo são em razão da inadimplência deles.

Então, foi normalmente incluída uma série de infraestruturas dentro da propriedade, que eles não tinham capacidade de pagar, sem um estudo prévio da sua capacidade de pagamento. Hoje o agricultor, assistido pelos programas especiais, tem uma situação econômica bem melhor do que há dez anos, mas, financeiramente, está numa situação desastrosa.

Normalmente a que assistimos é que esses homens, num ano de seca, em razão deles não produzirem o mínimo para sua manutenção, incluindo as culturas alimentares e aquelas culturas que lhes dão receita, que lhes dão renda, esses homens se descapitalizando, vendem inicialmente os animais pequenos, depois o boi, o animal de tração e, finalmente, vende a corroça, pega a família e sai dessa região. Temos hoje solução. Necessitamos muito mais de um respaldo político, para que esses programas cumpram as suas metas, que não sejam programas generalizados para a região, com soluções únicas para a região, e sim programas que estudem a região como um todo e apresentem estratégias próprias, em função da região e de cada produtor. É possível a realização desse trabalho. Aqui, V. Ex^{ta}, como um membro desta Casa, pode dar uma contribuição inigualável, e nos colocamos à sua disposição, para fornecer todo tipo de subsídio que for necessário.

Fazemos um trabalho de divulgação bastante grande das pesquisas que levamos a cabo no Centro. Não sei por que razão, temos acesso franco, descomprometido com a

imprensa nacional, o **Globo Rural**. Talvez pela seriedade, pelos propósitos que temos naquela Unidade.

O SR. RELATOR (Jutahy Magalhães) — Agradeço a V. S^{ta} as explicações que deu. E vamos trabalhar juntos, para ver se podemos ajudar um pouco o nosso Nordeste. E aí está o Senador Lourival Baptista, que pode fazer muito pela região.

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Antes de encerrarmos esta reunião, felicito o Dr. Renival Alves de Souza, Diretor do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido, pela magnífica exposição que aqui

fez, e meu depoimento a respeito do que a sua repartição tem feito no meu Estado, em Sergipe.

Na verdade, o Governador João Alves Filho, quando assumiu o Governo, traçou um plano, O Projeto Chapéu de Couro, que S. Ex^{ta} está implantando no Estado, tem tido todo o apoio da EMBRAPA. Sou testemunha da inauguração daquelas cincos mil cisternas, sendo que muitas delas foram inauguradas quando da visita do Senhor Presidente da República a Sergipe, no mês passado.

Fazemos votos que muitos desses 790 projetos, sejam executados, para que aquele Nordeste sofredor venha a ter uma melhor vida.

O trabalho que a repartição de V. S^{ta} desenvolve no Nordeste é digno de encômios. Fazemos votos para que

continue, porque o Nordeste precisa, e necessita mesmo, do apoio do Governo Federal. E muita coisa que V. S^{ta} falou aqui é uma realidade. O crédito é necessário, mas é necessário para chegar na hora, e não de fazer a espera, como temos visto agricultores em porta de bancos, esperando a liberação das suas parcelas.

Agradecemos a sua presença. Em nome daqueles colegas ausentes também o nosso agradecimento.

Muito obrigado a V. S^{ta}

Estão encerrados os nossos trabalhos.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e trinta minutos.)